



**ACÓRDÃO Nº880/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº12165/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Hospital Geral Dr.Geraldo da Rocha.
- 4- **Exercício:** 2021.
- 5- **Responsável:** Ana Maria Belota de Oliveira (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1326/2023-DIMP, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Hospital Geral Dr.Geraldo da Rocha. Exercício de 2021.

*Irregularidade. Multa. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “A”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do Hospital Geral Dr. Geraldo da Rocha, referente ao exercício de 2021, de responsabilidade da **Sra. Ana Maria Belota de Oliveira**, nos termos artigo 22, inciso III, alínea “B”, da Lei nº 2.423/1996 – LOTCEAM, em virtude das irregularidades que permaneceram não sanadas e que ensejaram a aplicação de multa;
- 10.2. **Aplicar Multa** a **Sra. Ana Maria Belota de Oliveira**, gestora e ordenadora do Hospital Geral Dr. Geraldo da Rocha, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), com fulcro no artigo 54, inciso VI, da Lei nº 2.423/1996 – LOTCEAM, pelas graves infrações às normas legais e regulamentares, quais sejam: artigo 103 da Lei nº 4.320/1964 (ausência de justificativas quanto à composição de saldo em “Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados” constante no Balanço Financeiro); artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000 (insuficiência de Caixa para cobrir as obrigações assumidas no exercício); artigo 67, §1º c/c artigo 61, parágrafo único, ambos da Lei nº 8.666/1993 (ausência de controle de fiscalização dos contratos - CT Nº 01/2021, CT nº 02/2021 e da publicação do extrato do contrato - CT nº 01/2021); artigo 57, inciso II,



**ACÓRDÃO Nº880/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

da Lei nº 8.666/1993 (prorrogações dos ajustes não foram lastreadas em pesquisa de preços - 2º TACT nº 01/2019, 3º TACT nº 03/2018, 3º TACT nº 04/2018, 4º TACT nº 01/2017); artigo 60 da Lei nº 4.320/1964 (realizações de contratações sem cobertura contratual); artigo 7º da Resolução nº 15/1999 – TCE/AM (ausência de Declarações de Bens atualizadas); artigos 94, 104 e 75, inciso II, todos da Lei nº 4.320/1964 (Divergência entre o Inventário do Estoque de Materiais existentes no almoxarifado e o Balanço Patrimonial; ausência de registro da conta “Depreciação Acumulada” e ausência do Termo de Responsabilidade em relação aos Bens Patrimoniais); artigo 10, inciso III, da Lei nº 2.423/1996 – LOTCEAM (ausência de medidas saneadoras referentes às irregularidades identificadas pelo Controle Interno do órgão). Fixar prazo de **30 (trinta) dias**, para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “A”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERE autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Aplicar Multa a Sra. Ana Maria Belota de Oliveira**, gestora e ordenadora do Hospital Geral Dr. Geraldo da Rocha, no valor de R\$ 1.706,79 (um mil, setecentos e seis reais e setenta e nove centavos), nos termos do artigo 54, inciso I, alínea “A”, da Lei nº 2.423/1996 – LOTCEAM, pelo atraso no envio do balancete mensal, por meio do sistema e-Contas, referente ao mês de janeiro de 2021. Fixar prazo de **30 (trinta) dias**, para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”.



**ACÓRDÃO Nº880/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "A", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.4. Dar ciência da decisão a Sra. Ana Maria Belota de Oliveira.**

**11- Ata:** 15ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 9 de Maio de 2023.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Luiz Henrique Pereira Mendes.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**  
Auditor-Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral